

# Textos para Discussão

**TD-IEA n.34/2012**

**POPULAÇÕES RURAL E URBANA SOB O PRISMA DA “NOVA RURALIDADE”<sup>1</sup>**

**RURAL AND URBAN POPULATIONS THROUGH THE PRISM OF  
"NEW RURALITY"**

José Eduardo Rodrigues Veiga<sup>2</sup>

Celma da Silva Lago Baptistella<sup>3</sup>

Maria Carlota Meloni Vicente<sup>4</sup>

Paulo José Coelho<sup>5</sup>

**Fevereiro 2013**

---

<sup>1</sup>Registrado no CCTC: 04/2012.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: zeveiga@iea.sp.gov.br).

<sup>3</sup>Socióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: celma@iea.sp.gov.br).

<sup>4</sup>Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: carlota@iea.sp.gov.br).

<sup>5</sup>Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: coelho@iea.sp.gov.br).



**RESUMO:** O artigo apresenta uma revisão dos conceitos referentes ao rural e ao urbano, cujo conhecimento se acumula e se consolida sob a denominação de **Nova Ruralidade**, em que as relações entre os dois segmentos não são mais entendidas como relações de antagonismo ou oposição. À luz dos novos conceitos, enfatiza-se que o tema faz parte do esforço para se reconceituar o agrário, de modo que o Estado possa reconceituar seus próprios conceitos visando as políticas públicas. A partir da construção teórica da **Nova Ruralidade**, insere-se a abordagem territorial, que de fato ultrapassa a visão dicotômica entre o urbano e o rural.

**Palavras-chave:** rural, urbano, nova ruralidade, ruralidades, território abordagem territorial.

**ABSTRACT:** This article presents an overview of the concepts related to rural and urban, which knowledge accumulates and is consolidated under the name of New Rurality, when relations between the two segments are no longer understood as relations of antagonism or opposition. In light of new concepts, we emphasize that the topic is part of the effort to reconceptualize the agrarian, so that the state can reconceptualize their own concepts aiming public policy. From the theoretical construction of New Rural Affairs, is part of the territorial approach, which actually exceeds the dichotomy between urban and rural.

**Key-words:** rural, urban, new rurality, ruralities, territory, territorial approach.



## 1 - INTRODUÇÃO

Artigo recente publicado pela revista *Informações Econômicas* (2012), e de autoria de BAPTISTELLA et al. - **População Residente no Rural Paulista em 2010** - mostra que enquanto a população brasileira totalizava 190,7 milhões de pessoas, apenas 29,8 milhões residiam no setor rural (15,6%). A população residente no rural paulista totalizava em 2010 1.699,9 mil pessoas, o que correspondia a apenas 4,1% da população total do Estado.

Entre as conclusões apresentadas, uma, por exemplo, diz respeito ao enxugamento da população rural - antes referida como êxodo rural -, a qual contém certa precipitação se não for contextualizada pelos critérios estabelecidos na mais contemporânea das discussões sobre o **Rural e o Urbano**, e que demonstra nas suas várias e até diversas correntes que os dois segmentos não têm mais nada a ver com as suas caracterizações de 20 anos atrás.

Nesse sentido, elaborou-se este texto teórico com o intuito de apresentar a nova postura acadêmica contida no que se convencionou chamar de **Nova Ruralidade**, e que busca explicar que qualquer conclusão sobre a população rural precisa passar pelo crivo dos critérios em discussão.

O Rural e o Urbano foram e estão sendo continuamente repensados. E a afirmação de José Eli da Veiga (2002, *apud* SCHIAVINATTO, 2008), de que o “Brasil é menos urbano do que se calcula”, dá o tom exato de como mudou a leitura sobre os dois setores, da necessidade de se rever os conceitos inerentes, e de como a Nova Ruralidade brasileira impõe uma outra abordagem de modo a contribuir decisivamente para a elaboração e a adoção das políticas públicas específicas. Este texto teórico sugere a abordagem territorial como a melhor das possibilidades para o Desenvolvimento do país.

## 2 - DISCUSSÃO

Quando o leitor se depara com dados referentes à população rural, como os apresentados no artigo acima citado, (BAPTISTELLA et al., 2012), em que se afirma, por exemplo, que

os Escritórios de Desenvolvimento Rural que possuíam acima de setenta mil pessoas residentes no meio rural em 2010 foram Sorocaba com 176,0 mil pessoas, São Paulo com 163,9 mil, Pindamonhangaba com 87,7 mil, Registro com 86,8 mil, Campinas com 83,0 mil, Bragança Paulista e Itapetininga com, aproximadamente, 72 mil e Itapeva com 70,6 mil pessoas,



qualquer consideração será de curto alcance se não considerar e incluir os conceitos compreendidos pelas atuais definições de rural e urbano.

E pode-se afirmar que a leitura dos dados sobre as populações rural e urbana será conectada a um outro *plug* de compreensão quando contextualizada na abordagem territorial.

Saliente-se que o artigo citado quantifica a população rural nos EDRs do Estado de São Paulo, e indica as atividades agropecuárias por eles desenvolvidas. O objetivo principal desta tarefa é, conforme diz o artigo, “compreender e avaliar as particularidades do rural paulista” (BAPTISTELLA et al., *op. cit.*, 2012).

As poucas frases postas como exemplo no presente texto foram pinçadas aleatoriamente, e servem para mostrar o quão importante para a análise se torna o conhecimento sobre o rural e o urbano que já se acumula e se consolida sob a égide da **nova ruralidade**.

Significa, portanto, que o próprio artigo citado não poderá dar conta de “compreender e avaliar as particularidades regionais do rural paulista” (*op.cit.*, 2012) em profundidade se os dados não forem cotejados com o pensamento que hoje estabelece os novos contornos para a abordagem sobre o rural e o urbano.

À luz destes conceitos maior será a compreensão do que os números querem nos dizer, pois há filigranas as quais praticamente redefinem a antiga distinção entre o rural e o urbano, o que torna a discussão sobre o tema mais apropriada para eventuais aplicações das políticas públicas e/ou implementação de projetos para o desenvolvimento dos territórios. Como introduz WANDERLEY (2009) em seu artigo **O Mundo Rural Brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade**,

a literatura recente reafirma, cada vez mais, o pressuposto de que as relações entre o meio rural e as cidades não podem ser entendidas como relações de oposição ou antagonismo, mas se inscrevem num espaço comum como relações de complementaridade e interdependência.

Acrescente-se, também, que embora haja críticas à metodologia empregada pelo IBGE na classificação dos espaços rural e urbano, não se pretende aqui destacar ou mesmo confrontar as formas diferenciadas que possam ser utilizadas, nem comentar os critérios empregados. SCHIAVINATTO (2008), por exemplo, chama a atenção para o fato de que, segundo o IBGE,

o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista de maneira distorcida como *urbanização* do campo.



Agora, a defesa de estudos que se refiram ao território justifica-se porque a dimensão territorial do desenvolvimento permite que sejam incorporados elementos da dinâmica rural, e não apenas análises numéricas da população, de forma que sempre sejam pensadas políticas mais eficientes.

Segundo PANZUTTI (2011)

a adoção do território como espaço de análises é uma alternativa possível no sentido de superar as polaridades limitantes rural-urbano, cidade-campo, exclusão-inclusão, espaço-território, além de promover a formulação de perguntas sobre a construção dos “mapas” territoriais, de forma a alcançar o escopo e a complexidade compatíveis com as intrincadas redes e nós da sociedade contemporânea.

Vale repetir que as conclusões do artigo citado (BAPTISTELLA et al, *op.cit.*, 2012) atualizam as informações sobre as participações relativas das populações, mas se as informações estiverem conectadas à compreensão obtida nas análises territoriais, será outra e mais rica a percepção da realidade. Desta forma, quando se afirma que o EDR de Registro é composto por 17 municípios, sendo Miracatu o que possui o maior número de população absoluta residente no campo e os municípios de Barra do Turvo e Eldorado os maiores na participação relativa com 58,9% e 50,8%, esta informação acrescentaria um maior horizonte de análise se na apresentação dos dados fosse inserido um elemento de alerta para a forma como o rural e o urbano podem ser caracterizados, e o que isto muda para a nossa compreensão.

Isto porque o Rural Brasileiro mudou significativamente. Então, quando se lê que o EDR de Sorocaba é composto por 19 municípios, sendo Ibiúna o mais importante no que diz respeito à população rural absoluta, com 46,3 mil pessoas, e que o município de Piedade também se destaca, com 28,4 mil pessoas vivendo no setor rural, que corresponde a 54,5% do total do município, é importante distinguir que esta é uma espécie de notícia, o factual. Porém, é bom que se saiba que o rural brasileiro incorporou outras funções além de suas clássicas atividades, como propiciar lazer nos feriados e fins de semana (pesque-pague, hotéis-fazenda, etc); desenvolver atividades de preservação que permitam, entre outras coisas, a exploração do ecoturismo e, prova de mudança profunda, abrigar profissionais tipicamente urbanos, que hoje proliferam no meio rural por conta da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na constituição de 1988 - motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, digitadores, etc. (GRAZIANO da SILVA, 1997).



Essas mudanças levaram o autor acima citado a afirmar, já em 1997, que está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano e, mais do que isso, está cada vez menos importante a diferença entre estes dois segmentos.

Esta frase de Graziano da Silva foi extraída do seu livro **O Novo Rural Brasileiro** (1999), o qual, segundo GERHARDT (2005) tem servido de referência obrigatória aos que pretendem estudar o assunto mais profundamente. Ser referência obrigatória não significa, contudo, que o texto se livra da pecha de controverso, como tem sido nomeada toda a discussão sobre a nova ruralidade.

O interesse que o tema desperta pode ser avaliado pelo aumento e consistência da literatura científica produzida. Este presente texto realizou uma revisão bibliográfica que fosse o suficiente para deixar claro que este campo temático precisa ser demarcado pelos critérios de análise postos nas várias interpretações, embora, como frisa GERHARDT (*op. cit.*, 2005),

parece ser já lugar comum dizer que o uso da categoria “rural” e suas derivações (“campo”, “mundo rural”, “populações rurais”, ou “ruralidades”) tem sido uma questão historicamente controversa e que traz em si um certo desconforto para os que a utilizam.

Para reforçar a ideia de que o tema é controverso, este autor se refere ao estudo de GRAZIANO da SILVA (*op.cit.*, 1999) afirmando que, ao indicar que a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante, e que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, o texto estaria reproduzindo um tipo de olhar que vê as “ruralidades” como uma espécie de anormalidade a ser ultrapassada por uma suposta “urbanização do meio rural brasileiro” operada pela “industrialização do campo” e pelo “transbordamento do mundo urbano naquele espaço”. Além do mais, como diz GERHARDT (*op.cit.*, 2005),

mesmo reconhecendo que as ‘cidades não podem mais ser identificadas apenas como a atividade industrial’, seria muito difícil sustentar que elas estariam sendo invadidas por atividades agrícolas, ou seja, que elas estariam passando por um processo ‘agriculturização’.

Para enfatizar, mais uma vez, que o tema é pautado pela controvérsia, GERHARDT (*op.cit.*, 2005) cita as críticas de MARTINS (1986) sobre interpretações baseadas na ideia de *continuum* “rural-urbano”. Segundo Martins (*apud* GERHARDT, *op.cit.*, 2005)

tal proposição surgiu como alternativa (“raptada”, segundo o autor, “ideologicamente”) a ser contraposta a uma outra ideia, igualmente antiga, que colocava ênfase na polarização entre “rural” e “urbano”. (...) Contudo,



ambas as perspectivas continuaram a adotar como referência a oposição “rural-urbano”, ou seja, as duas mantiveram entre si a relação de necessidade ditada pelas características diferenciais que ‘retêm de qualquer maneira, a polarização rural/urbano’. Além disso, alerta que a ‘mudança nesses termos é mudança no sentido da superação da polarização rural-urbano através da urbanização do rural’, sendo que este processo continua a ser percebido e interpretado ‘a partir da expansão da dominação do urbano sobre o rural, na medida que o conhecimento científico está fundado no mundo urbano e na expansão das cidades’.

E GERHARDT (*op.cit.*,2005) relativiza a forte citação dizendo que não se pretendeu

desqualificar ou negar as inúmeras contribuições que pesquisas como o Projeto Rurbano podem proporcionar no sentido de ampliar a compreensão e o estudo sobre as “ruralidades,

visto ser este projeto uma das mais audaciosas tentativas de caracterizar um “rural brasileiro” e suas transformações ao longo dos últimos 25 anos”.

As mudanças que vêm ocorrendo de forma mais contundente a partir de meados do século XX e que provocam outras leituras sobre a cidade e o campo, exigem que o Estado se adeque à nova realidade de modo a ajustar suas políticas públicas – principalmente no momento em que o termo **Desenvolvimento Sustentável** repercute mais concretamente, reduzindo em profundidade a distância entre intenção e gesto.

Era o final da década de 90 e GRAZIANO da SILVA (*op. cit.*, 1997) afirmava que

já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

De fato, observa-se que o mundo rural está criando um tipo de riqueza além daquelas consideradas historicamente básicas, e que dizem respeito à produção de mercadorias agrárias e da oferta de mão-de-obra. O momento atual exige que se observe o rural sem a convenção antiga que o tratava como o não-urbano, isto é, identificado exclusivamente com as atividades agropecuárias. Como diz MARSDEM (1989, *apud* GRAZIANO da SILVA, 1997) “é preciso reconceituar o agrário”, de modo que o Estado possa também reconceituar seus próprios conceitos, cujos objetivos finais serão as políticas públicas específicas.



As áreas rurais absorveram formas sociais e econômicas que pressionam por outros modos de regulação por parte do Estado que incluam as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem-estar social e de desenvolvimento rural. Nesse sentido, não é demais repetir que as atividades do campo hoje estão associadas com aquelas orientadas para o lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc. Assim como nos países desenvolvidos, em que já se consolidou o *part-time farmer* (agricultores em tempo parcial), o agricultor paulista extrapola a função de agricultor ou pecuarista, e passa a combinar suas atividades agropecuárias com as atividades não-agrícolas dentro ou fora do seu estabelecimento.

A pluriatividade atual do homem do campo pode influenciar a atividade agropecuária em tempo parcial, cuja principal influência nas unidades familiares será a individualização da gestão produtiva, causando a liberação dos membros da família para buscarem lá fora outras atividades; quando os dados, como os expostos no artigo recente (*op.cit.*, 2012), mostrarem um declínio da mão-de-obra residente, isto pode significar um termômetro dessa tendência. Assim, reduz-se o tempo dedicado às atividades agropecuárias para que as pessoas liberadas saiam à procura de outras atividades que assegurem maior nível de renda.

Se estas considerações significam que o meio rural não se trata mais de um lugar agrário na sua essência, então as próprias políticas agrárias têm que ser pensadas de uma forma que não seja absolutamente agrícola, assim como o pensamento voltado para as políticas de emprego rural devem enfatizar o declínio de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e o crescimento do número de pessoas que se dedicam a atividades agrícolas em tempo parcial, salientando que os rendimentos advindos das atividades agrícolas ainda continuam os mais baixos, principalmente para quem vive nas áreas rurais.

GRAZIANO da SILVA (*op. cit.*, 1997) afirma que nos segmentos não patronais

as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para mantê-los residindo no meio rural em condições dignas de vida. A criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais vêm insistindo na proposta de se retomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural.



Desta discussão depreende-se que o Desenvolvimento deve “pensar” o rural e o urbano de maneira diversa, acentuando-se que a própria urbanização não deve e não pode ser considerada como a tendência brasileira para os próximos anos. Na verdade, como dito por VEIGA em “Cidades Imaginárias” (2002, *apud* SCHIAVINATTO, 2008), tanto o urbano como o rural exigem nova metodologia para sua definição. ABRAMOVAY (2000, *apud* SCHIAVINATTO, 2008) também está preocupado com a necessidade premente de se rever os conceitos sobre o rural e o urbano, e deixa claro que a elaboração de indicadores

que permitam compreender as dinâmicas das regiões rurais em suas relações com os núcleos urbanos de que dependem direta ou indiretamente

é fundamental para a compreensão do que é essa nova abordagem da ruralidade brasileira, de modo que ela possa contribuir para as reflexões que tratam do desenvolvimento sustentável. Isto porque é preciso aprimorar a distinção entre os dois setores, ou os debates sobre a distribuição da população continuarão dominados pela ótica do urbano, e não há planejamento que conserte as prováveis distorções.

#### Segundo ABRAMOVAY (2000)

o rural é definido, em princípio, pela carência e pela negação, sem levar em conta aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais. É considerado urbano todo aglomerado populacional em que há alguma extensão de serviços públicos, independentemente do seu tamanho. Análises sob este ponto de vista ignoram as inúmeras iniciativas de desenvolvimento existentes no meio rural e o grande potencial que as regiões menos densamente povoadas têm.

E este autor realça a importância da população rural para alavancar os processos de desenvolvimento ao afirmar, em contraste com a visão urbanista do desenvolvimento, que boa parte dos municípios com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é eminentemente rural.

Disto tudo que foi discutido, e que busca rapidamente inserir a questão da **Nova Ruralidade** no debate, é importante reter, conforme SCHIAVINATTO (*op.cit.*,2008), que com tantos estudos sobre o tema, o que converge

é o equívoco de se reduzir a ruralidade a um critério normativo ligado a questões político-administrativas. Este debate é muito mais amplo e complexo. É preciso compreender o espaço rural para além das estatísticas demográficas e, sobretudo, entender o significado da ruralidade nas sociedades modernas.



SCHIAVINATTO salienta (*op. cit.*, 2008) que ao se definir o meio rural deve-se levar em conta tanto sua especificidade como os fatores que determinam sua dinâmica, para que a noção exata de desenvolvimento possa efetivamente ser aplicada. E a autora reforça a importância de se perceber que, acima de tudo, as cidades não são definidas pelas indústrias, nem o campo pela agricultura, e acrescenta, citando uma definição da FAO/DAS (1998), citada por ABRAMOVAY (2000):

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez mais dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura faz parte dele.

E SCHIAVINATTO (*op.cit.*, 2008) chega à conclusão de que “uma visão atual (...) é a abordagem territorial que tenta ultrapassar a visão dicotômica entre urbano/rural e a dimensão territorial”, pois só assim será possível repensar as políticas de desenvolvimento que imputam um valor excessivo ao urbano, em detrimento das populações que vivem em áreas rurais. VEIGA (1999, *apud* SCHIAVINATTO, 2008) defende a abordagem territorial a qual

além de valorizar as dimensões espaciais, pode proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como os fundamentos ecológicos e econômicos que se encontram cingidos neste espaço.

Enfim, o leitor, ao dispor de dados relativos à população rural, e com o conhecimento dos conceitos que norteiam a construção teórica da **nova ruralidade**, poderá melhor compreender e avaliar o que os números querem nos dizer, pois a evolução do pensamento que desemboca na abordagem territorial de alguma forma dará conta das disparidades. Afinal, como conclui PANZUTTI (*op.cit.*,2011)

a abordagem territorial vem de encontro à superação das dicotomias limitantes para as análises; proporciona a inserção do global no local e vice-versa; (...) considera a inclusão social e a segurança alimentar igualmente

importantes ao desenvolvimento econômico; (...) oferece melhor representatividade das complexidades ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas das realidades (...).



#### LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento Contemporâneo**. IPEA, TD- 702, R.J., 2000.

BAPTISTELLA, C.S.L.; COELHO, P.J.; VEIGA, J.E.R.; VICENTE, M.C.M. População Residente no Rural Paulista em 2010. **Informações Econômicas**, SP, v.42, n.5, p.36-54 . set/out. 2012.

GERHARDT, C.H. **Etnocentrismo e Ambivalência nas Interpretações Sociológicas das “Novas” Ruralidades**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 13, n.2, Rio de Janeiro, 2005. Versão preliminar apresentada no 29º Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu/MG, 2005) dentro do GT **Ruralidade na Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas**.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural Brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, 7(1): 43-81, 1997.

\_\_\_\_\_, J. **O novo rural Brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia,1999 (Coleção pesquisas 1).

PANZUTTI, N.P.M. **Desenvolvimento, Multifuncionalidade e Território**. *Informações Econômicas*, SP, v.41, n.4, 2011.

SCHIAVINATTO, M. **Ruralização no Brasil- Redescobindo o território: uma nova abordagem para políticas de desenvolvimento sustentável**. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WANDERLEY, M.N.B. **O Mundo Rural Brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade**. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 17, n.1, abril 2009, UFRJ, Rio de Janeiro.

---

Recebido em 31/10/2012.

Liberado para publicação em 14/02/2013.